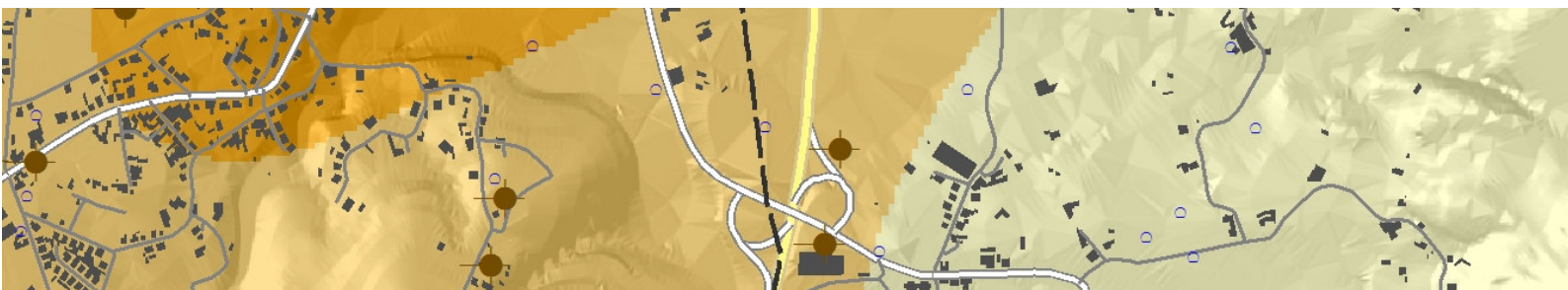




Câmara Municipal de Santo Tirso
Serviço Municipal de Proteção Civil

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



2014



Equipa técnica

Alexandra Carla Moreira (Arq. Paisagista)
Ana Sistelo (Arq. Paisagista)
Célia Fonte (Eng. Florestal)
Cristina Miranda (Geógrafa)
Tiago Lima (Eng. Ambiente)

Índice Geral

<i>Parte I</i>	12
<i>Enquadramento Geral do Plano</i>	12
1. Introdução	13
2. Âmbito de Aplicação	17
3. Objetivos Gerais	21
4. Enquadramento Legal	22
5. Antecedentes do Processo de Planeamento	23
6. Articulação com Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território	25
7. Ativação do Plano	27
7.1. Competência para ativação do plano	27
7.2. Critérios para ativação do plano	29
8. Programa de exercícios	31
<i>Parte II</i>	32
<i>Organização da Resposta</i>	32
1. Conceito de Atuação	33
1.1. Comissões de Proteção Civil	34
2.1. Fase de Emergência	38
2.1. Fase de Emergência	38
2.2. Fase de Reabilitação	43
3. Articulação e Atuação de Agentes, Organismos e Entidades	45
3.1.1. Fase de Emergência	48
3.1.2. Fase de Reabilitação	51
3.2. Missão dos Organismos e Entidades de Apoio	55
3.2.1. Fase de Emergência	55
3.2.2. Fase de Reabilitação	57
<i>Parte III</i>	61
<i>Áreas de Intervenção</i>	61
1. Administração de Meios e Recursos	62
2. Logística	65
2.1. Apoio logístico às forças de intervenção	65
2.2 Apoio logístico às populações	68
3. Comunicações	70

4. Gestão da Informação	76
5. Procedimentos de Evacuação	79
6. Manutenção da Ordem Pública	81
7. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	85
8. Socorro e Salvamento	87
9. Serviços Mortuários	90
10. Protocolos	97
<i>Parte IV</i>	98
Informação Complementar	98
<i>Secção I</i>	99
1. Organização Geral da Proteção Civil em Portugal	100
1.1. Estrutura da Proteção Civil	100
1.2. Estrutura das Operações	102
2. Mecanismos da Estrutura de Proteção Civil	106
2.1. Composição, convocação e competências da Comissão de Proteção Civil	106
2.2. Critérios e âmbito para a declaração das situações de Alerta, Contingência ou Calamidade	110
2.3. Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso	113
<i>Secção II</i>	115
1. Caracterização Geral	116
2. Caracterização Física	118
3. Caracterização Sócioeconómica	137
4. Caracterização das Infraestruturas	145
5. Caracterização do Risco	151
5.1. Análise do Risco	151
5.2. Análise da Vulnerabilidade	214
5.3. Estratégias para a Mitigação de Riscos	229
6. Cenários	244
7. Cartografia	258
<i>Secção III</i>	260
1. Inventário de Meios e Recursos	261
2. Lista de Contactos	284
3. Modelo de relatórios e requisições	297
4. Modelo de comunicados	305
5. Lista de Controlo de Atualizações do Plano	307

6. Lista de Registo de Exercícios do Plano	309
7. Lista de Distribuição do Plano.....	313
8. Legislação	316
9. Bibliografia	321
10. Glossário.....	330
Lista de Acrónimos e Siglas	360

Índice de Figuras

Figura 1 – Riscos naturais e antrópicos no concelho de Santo Tirso.....	14
Figura 2 – Enquadramento geográfico do concelho de Santo Tirso.....	18
Figura 3 – Reorganização administrativa do território das freguesias no concelho de Santo Tirso – Lei 11-A/2013, 28 de Janeiro.....	20
Figura 4 - Organigrama do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.....	36
Figura 5 – Organograma rede de telecomunicações.....	71
Figura 6 - Diagrama das telecomunicações.....	73
Figura 7 - Diagrama de indicativos rádio.....	74
Figura 8 – Carta das áreas de intervenção dos Bombeiros Voluntários do concelho de Santo Tirso.	82
Figura 9 – Carta das áreas de intervenção das forças de segurança do concelho de Santo Tirso.	83
Figura 10 – Organigrama da organização geral das operações.....	96
Figura 11 – Organigrama da Estrutura da Proteção Civil em Portugal.....	100
Figura 12 – Organigrama da estrutura das operações de proteção civil em Portugal.....	102
Figura 13 – Declaração da situação de alerta.	111
Figura 14 - Modelo digital do terreno.	118
Figura 15 – Carta de declives do concelho de Santo Tirso.....	120
Figura 16 – Carta de exposição de vertentes do concelho de Santo Tirso.....	121
Figura 17 – Mapa da sismicidade registada no concelho de Santo Tirso, 1961-2006. ..	123
Figura 18 - Carta da Rede Hidrográfica do concelho de Santo Tirso.....	125
Figura 19 – Carta da População Residente do Concelho de Santo Tirso, 2011.....	138
Figura 20 - Taxa de variação da população residente (%) por freguesia no concelho de Santo Tirso (2001-2011).	139
Figura 21 - Carta da Densidade Populacional Concelho de Santo Tirso, 2011.....	140

Figura 22 - Carta da população por setor de atividade, em número, por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2011.	141
Figura 23 - Carta da Evolução do Índice de Envelhecimento (%), por freguesia, no Concelho de Santo Tirso, 2011.	143
Figura 24 – Carta do N.º de alojamentos por freguesia no concelho de Santo Tirso, 2011.	144
Figura 25 - Carta da Rede Viária Principal do Concelho de Santo Tirso, 2013.	145
Figura 26 – Fotografias da Estação Ferroviária de Santo Tirso	147
Figura 27– Carta de localização dos equipamentos que asseguram a proteção civil.	149
Figura 28 - Carta de localização dos equipamentos de vulnerabilidade especial e espaços económicos considerados perigosos, no concelho de Santo Tirso.....	159
Figura 29 - Carta de localização da linha ferroviária e infra-estruturas associadas no troço da linha de Guimarães que interceta o concelho de Santo Tirso.	160
Figura 30 - Mapa de Sinistralidade Rodoviária do concelho de Santo Tirso.	166
Figura 31 - Mapa de Perigosidade Rodoviária do concelho de Santo Tirso.	167
Figura 32 – Imagem do google maps com a identificação dos acidentes rodoviários, no concelho de Santo Tirso.	167
Figura 33 – imagem do google maps com os pontos negros rodoviários, no concelho de Santo Tirso.	168
Figura 34 – imagem do google maps com as fichas de caracterização individual de cada ponto negro rodoviário.	168
Figura 35 - Carta de risco de cheia do concelho de Santo Tirso – período de retorno de 100 anos.	172
Figura 36 - Carta de perigosidade a cheias e inundações urbanas.	173
Figura 37 – Carta de Risco de Cheia associada a Locais de Vulnerabilidade Especial.	174
Figura 38 – Extrato do ortofotomapa da união de freguesias de Santo Tirso, Santa Cristina do Couto, S. Miguel do Couto e Burgães, Rio Ave e Rio Sanguinhedo, associado a locais que historicamente inundam.	174
Figura 39 - imagem do google maps com cheias/inundações, no concelho de Santo Tirso.....	175
Figura 40 – Imagem do google maps com as cheias lentas no concelho de Santo Tirso.	176
Figura 41 - Mapa de Colapso de Estruturas.	178
Figura 42 – Suscetibilidade a movimentos de vertente, no concelho de Santo Tirso. ..	181

Figura 43 - Mapa dos modelos de combustível florestal para o concelho de Santo Tirso	184
Figura 44 - Mapa de perigosidade de incêndio florestal do concelho de Santo Tirso.	185
Figura 45 - Mapa de risco de incêndio florestal do concelho de Santo Tirso.	188
Figura 46 - Mapa de prioridades de defesa do concelho de Santo Tirso.	189
Figura 47 – Incêndios urbanos por ano de ocorrência no concelho de Santo Tirso. ...	193
Figura 48 - Carta de localização dos incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso.	195
Figura 49 – Carta de susceptibilidade a incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso – Edificado com idade superior a 25 anos, estimado por krigagem ordinária.	196
Figura 50 – Carta de susceptibilidade a incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso – Elipse direcional.	197
Figura 51 - Cenário Escola Inverno (exercício Livex).....	204
Figura 52 - Cenário Escola Verão (exercício Livex).	205
Figura 53 - Suscetibilidade ao transporte de matérias perigosas: áreas de impacto. ...	206
Figura 54 – Extrato do ortofotomapa de Santo Tirso, Rio Ave e Rio Sanguinhedo, associado a locais que historicamente inundam.	220
Figura 55 – Extrato do ortofotomapa do Setor Este do concelho de Santo Tirso parte inicial da vertente de Nossa Senhora da Assunção, pertencente a S. Miguel do Couto, parte de Rebordões e de Roriz, aliado ao risco muito forte de áreas propícias à ocorrência de movimentos de vertente.	223

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Entidades intervenientes face à tipologia do risco que determinou a ativação do plano.....	42
Tabela 2 – Ações a concretizar na fase de reabilitação e autoridades/entidades /organismos a envolver.	44
Tabela 3 - Agentes, Entidades e Organismos que têm especial dever de cooperação numa operação de Proteção Civil.	47
Tabela 4 – Grau de gravidade das ocorrências tipificado por uma escala de intensidades.	88
Tabela 5 - Atividade sísmica no distrito do Porto (01/01/1753 a 1/01/1991)	122
Tabela 6 - Médias Mensais da Frequência e Velocidade do Vento, I no período 1951-1980	131

Tabela 7 – Uso e ocupação do solo por freguesia, em hectares.....	135
Tabela 8 – Principais ligações estabelecidas pelas redes rodoviárias e ferroviária do concelho de Santo Tirso.	148
Tabela 9 - Linha de Guimarães (do pk 35,440 a 39,090) - Ocorrências que motivaram a intervenção dos Bombeiros e PSP, no concelho de Santo Tirso.	162
Tabela 10 - Parâmetros geométricos das bacias hidrográficas e tempo de concentração de acordo coma fórmula de Giandotti.....	170
Tabela 11 - Modelos de combustível florestal.....	183
Tabela 12 -Valores de referência utilizados no cálculo da vulnerabilidade e do valor económico.....	187
Tabela 13 - Meios e recursos disponíveis que possam ser utilizados em situação de problemas de disponibilidade de água potável a nível concelhio.	209
Tabela 14 - Identificação dos períodos de seca, na estação da Serra do Pilar, entre 1975 e 2005.....	210
Tabela 15 – Risco de Acidente Industrial, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	215
Tabela 16 – Risco de Acidente Ferroviário, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	217
Tabela 17 – Risco de Acidentes Rodoviários, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	218
Tabela 18 – Risco Hidrológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	219
Tabela 19 – Risco Hidrológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	221
Tabela 20 – Risco Geomorfológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	222
Tabela 21 – Perigosidade de Incêndio Florestal, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	224
Tabela 22 – Risco de Incêndio Urbano, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	225
Tabela 23 – Risco de acidente no transporte de mercadorias perigosas, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.....	226
Tabela 24– Risco de seca, fatores determinantes e pontos críticos no concelho de Santo Tirso.	227
Tabela 25– Risco de Incêndio Florestal, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	228

Tabela 26 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Industrial.....	233
Tabela 27 - Medidas de Prevenção a adotar – Acidentes graves de tráfego ferroviário	234
Tabela 28 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Acidente Rodoviário.	235
Tabela 29– Medidas de Prevenção a adotar – Risco Hidrológico.	236
Tabela 30 – Medidas de Prevenção a adotar – Colapso de Estruturas.	237
Tabela 31 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco Geomorfológico.....	238
Tabela 32 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Florestal.	239
Tabela 33 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Urbano.	240
Tabela 34 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de acidente no transporte de mercadorias perigosas.....	241
Tabela 35 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de seca	242
Tabela 36 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco Sísmico.	243
Tabela 37 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidente industrial.....	245
Tabela 38 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidente graves de tráfego ferroviário.	246
Tabela 39 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidentes rodoviários.	247
Tabela 40 – Prioridades de ação, recursos a mobilizar e medidas a adotar considerando o cenário mais desfavorável, de crítica gravidade – Risco de acidentes rodoviários.	248
Tabela 41 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de cheia.	249
Tabela 42 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Colapso de estruturas.	250
Tabela 43 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco Geomorfológico.	251
Tabela 44 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – incêndios florestais.	252
Tabela 45 – Prioridades de ação, recursos a mobilizar e medidas a adotar considerando o cenário mais desfavorável, de crítica gravidade	253
Tabela 46 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Incêndios urbanos. (Fonte: CMST/Proteção civil)	255

Tabela 47 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de transporte de mercadorias perigosas.....	255
Tabela 48 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Seca.....	256
Tabela 49 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco sísmico.....	257

Homologação da Câmara Municipal

Para cumprimento do disposto no artigo 19º da Lei 65/2007, de 12 de novembro, e com base na Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, Resolução nº 25/2008 da Comissão Nacional de Proteção Civil, publicada no Diário da República de 18 de julho de 2008, cumre-me enviar a V/Exa., para aprovação da Comissão Nacional de Proteção Civil, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), em formato digital, elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil do concelho de Santo Tirso homologado em reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), conforme ata, em anexo (ponto 2).

Com os melhores cumprimentos.

O Vereador,

Alberto Costa, Dr.

Parte III

Áreas de Intervenção

1. Administração de Meios e Recursos

A aquisição de bens e serviços será feita nos termos legais por requisição da CMPC e a liquidação das despesas, será efetuada pelo SMPC, segundo as normas da Contabilidade Pública.

São da responsabilidade das Entidades e Organismos envolvidos, as despesas realizadas em operações de proteção civil. Eventuais comparticipações, serão determinadas de acordo com o que vier a ser estabelecido superiormente.

No caso de uma determinada área do município, ser declarada em Situação de Calamidade Pública, os auxílios serão concedidos de acordo com a legislação em vigor.

Os subsídios e donativos recebidos em dinheiro, com destino às operações de emergência, são administrados pelo SMPC através da sua Conta Especial de Emergência, a ser criada no seu devido tempo.

O pessoal da Administração Pública Local é nomeado e remunerado pelos Organismos a que pertence.

O pessoal integrado nas Entidades e Organismos previstos no PMEPC, são remunerados por essas mesmas Entidades e Organismos.

O pessoal voluntário, cuja colaboração seja aceite a título benévolo, deve apresentar-se nas Juntas de Freguesia ou nos quartéis de Bombeiros da área em que residem, que constituem Postos Locais de Recenseamento de Voluntários, se outros locais não forem divulgados.

A área de intervenção relativa à administração de meios e recursos diz respeito à Câmara Municipal mais especificamente ao Gabinete de Operações.

a) Prioridades de ação:

Deve estabelecer os procedimentos e instruções de coordenação quanto às atividades de gestão administrativa e financeiras inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos utilizados aquando da ativação do plano de emergência.

b) Coordenação:

Delegado do Gabinete de Operações.

c) Constituição:

- Serviço Municipal de Proteção Civil (Gabinete de Operações);
- Chefe da Divisão de Finanças e Compras.

d) Missões:

- Estudar a situação de Acidente Grave ou Catástrofe e propor ao Diretor do Plano, as medidas adequadas para a resolução do problema/sinistro;
- Garantir a permanente manutenção dos contactos com as entidades responsáveis pelos meios e recursos;
- Dar parecer sobre a evacuação das populações;
- Definir medidas de proteção relativamente às populações, aos animais e aos bens culturais;
- Garantir a ligação e coordenação entre as áreas de intervenção do PMEPC;
- Manter um registo da evolução da situação;
- Estabelecer as ligações com CDOS ou o CDPC, se já estiver ativado, para o manter informado sobre a situação e solicitar, se necessário, os meios e recursos adicionais;
- Organizar a rede de comunicações;
- Dirigir as comunicações de rádios de vários órgãos;
- Transmitir às áreas de intervenção e organismos executantes as ordens do Diretor do Plano.

O Gabinete de Operações tem ainda como funções:

- Responsabilidade da gestão financeira e de custos;
- Supervisão das negociações contratuais;
- Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamento;
- Gestão dos processos de seguros.

Alimentação, Alojamento e Agasalhos

A alimentação, abrigo provisório e agasalho das populações evacuadas, será encargo do SMPC através de verbas disponibilizadas superiormente para o efeito.

A área de intervenção da Logística e Assistência estabelecerá os procedimentos para a requisição e mobilização dos meios e recursos.

(Na Secção III, Parte IV, encontra-se o inventário de todos os meios e recursos).

2. Logística

A área de intervenção relativa à logística no apoio às forças de intervenção e à população diz respeito à área de intervenção da Logística.

2.1. Apoio logístico às forças de intervenção

a) Prioridades de ação:

- Cooperação com as forças de intervenção na fase de emergência;
- Reabilitação das redes e serviços técnicos essenciais.

b) Coordenação:

Chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal.

c) Constituição:

- Serviço de trânsito da Câmara Municipal de Santo Tirso
- Delegado da Divisão de Edifícios do Departamento de Obras Municipais
- Delegado da Divisão dos Serviços Gerais do Departamento de Obras Municipais
- Delegado de Divisão dos Serviços Urbanos
- Delegado da área de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho
- Delegado da Comissão de Vistorias
- Delegado da EDP
- Delegado das "Águas do Noroeste"
- Delegado da TRATAVE
- Delegado da Indaqua Santo Tirso/Trofa
- Delegado da EDP GÁS
- Delegado da REN, Gasodutos, S.A.
- Delegado da CP - Comboios de Portugal
- Delegado da REFER – Rede Ferroviária Nacional
- Delegado da REN
- Delegado da BRISA
- Delegado da Ascendi

- Delegado das Estradas de Portugal
- Delegado da Portugal Telecom
- Delegado dos Correios e Telecomunicações de Santo Tirso
- Sapadores Florestais
- Operadores Privados de Transporte
- Empresas de Obras Públicas

d) Missões:

- Manter atualizada a inventariação dos meios de transporte, obras públicas e comunicações, necessários em caso de emergência;
- Proceder, sempre que necessário, à desobstrução de itinerários essenciais, bem como a terraplanagens, demolições, escoramentos e outros trabalhos de engenharia;
- Colaborar com a área de intervenção de Manutenção da Ordem Pública nos planos de movimentações de populações, preparando e garantindo os respetivos itinerários;
- Proceder, ao restabelecimento da água, luz, telefones e saneamento com prioridade para as estruturas de saúde;
- Garantir o funcionamento do Plano de Transmissões;
- Promover e assinalar com meios adequados, a inspeção de edifícios e estruturas que ameacem ruína e dos depósitos de combustíveis líquidos e de gases, propondo a sua reparação ou desativação;
- Apoiar, a pedido, a área de intervenção de Socorro e Salvamento (1ª Intervenção) com equipamento de engenharia e meios de transporte;
- Planear e disponibilizar, os meios de transporte ferroviários possíveis, constituindo comboios logísticos e/ou sanitários, para transporte de pessoas e mercadorias, em evacuação ou reforço;
- Coordenar e controlar a circulação de comboios em geral e, em particular, os especiais de apoio logístico e/ou sanitário de emergência, que eventualmente se venham a constituir.

Combustíveis e Lubrificantes

São obtidos no mercado local (ou em local designado pelo SMPC) pelas Entidades e Organismos intervenientes, através de guia de fornecimento. Estas serão liquidadas posteriormente, pelo SMPC, através da sua Conta Especial de Emergência ou por verbas consignadas para o efeito.

A área de intervenção da Logística estabelecerá os procedimentos para o abastecimento de combustíveis e lubrificantes.

Na secção II, Parte IV, encontra-se uma Carta com a localização dos postos de abastecimento de combustíveis públicos e privados do concelho de Santo Tirso – Carta 26.

(ver em anexo ponto 7. Postos de abastecimento ativos no concelho de Santo Tirso, licenciados ao abrigo Decreto-lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 217/2012, de 9 de Outubro).

Alimentação e Alojamento

A alimentação e alojamento do pessoal das Entidades e Organismos do Estado intervenientes nas operações são a cargo destas. A alimentação do pessoal voluntário, que o deseje, será da responsabilidade do SMPC.

A alimentação e alojamento dos Delegados da CMPC será da responsabilidade do SMPC, quando outro procedimento não for determinado pelo Presidente da CMPC.

Manutenção e Reparação de Material

As despesas de manutenção e reparação de material são encargo dos utentes. No caso de haver despesas extraordinárias, estas serão liquidadas pelo SMPC, através de verbas destinadas para o efeito ou da sua Conta Especial de Emergência.

Transportes

Por proposta da área de intervenção da Logística e Assistência serão estabelecidos procedimentos para requisição e mobilização de meios e funcionamento dos transportes.

Material Sanitário

Este material está a cargo das Entidades e Organismos próprios intervenientes no acidente ou catástrofe. Poderão ser constituídos nas instalações dos Centros de Saúde e das Forças de Socorro, postos de fornecimento de material sanitário através de requisição, devendo os pedidos dar entrada na CMPC.

Serviços Técnicos

Serão estabelecidos planos de atuação de serviços técnicos, no âmbito da reabilitação dos serviços mínimos essenciais.

Artigos Diversos

Poderão ser solicitados à CMPC, através do Gabinete ou área de intervenção respetiva e mediante requisição, os artigos julgados necessários para as atividades de proteção civil.

Na fase de reabilitação das redes e serviços técnicos essenciais (energia elétrica, gás, água, telefones e saneamento básico) a área de intervenção é, como já foi referido, da competência da área de intervenção da Logística.

2.2 Apoio logístico às populações

a) Prioridades de ação:

- Assistência das populações aos bens essenciais de sobrevivência;
- Coordenação dos centros de alojamento temporário.

b) Coordenação:

Diretor do Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social.

Delegado do Centro Regional de Segurança Social

c) Constituição:

- Delegado da Divisão de Ação Social do Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social.
- Delegado da Divisão de Serviços Gerais
- Delegado da CVP - Núcleo de Santo Tirso
- Delegado da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso
- Delegado do Centro Regional de Segurança Social
- Delegado do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Santo Tirso
- Delegado da Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso
- Delegado dos Escuteiros
- Delegado da Liga dos Amigos do Hospital de Santo Tirso
- Instituições particulares de Solidariedade Social
- Associações e coletividades de cultura e desporto

d) Missões:

- Promover a inventariação de meios e recursos, designadamente nos setores de alimentação, abrigo e outros;
- Coordenar as atividades de fornecimento de alimentação, agasalhos e alojamento aos sinistrados, enquanto permanecerem desalojados, procedendo ao seu registo nos Centros de Acolhimento;
- Manter informado a CMPC do evoluir da situação;
- Promover o estabelecimento de protocolos, com entidades fornecedoras de bens e géneros para situações de emergência;
- Preparar e coordenar um sistema de recolha e distribuição de dádivas;
- Inventariar, controlar e distribuir os voluntários e benévolos;
- Promover a reunião de famílias;
- Colaborar com a área de intervenção de Manutenção da Ordem Pública nas ações de movimentação das populações afetadas;
- Elaborar um plano de distribuição de água e energia definindo prioridades;
- Preparar um sistema de requisições para situações de emergência.

Na Secção III, Parte IV, encontra-se uma carta dos locais de alojamento/acolhimento da população, em situações de emergência - Carta 25, secção II, Parte IV.

3. Comunicações

Todas as áreas de intervenção e gabinetes que compõem a organização geral de operações deste Plano são responsáveis pelas comunicações. O Gabinete de Operações, Gabinete de Informação Pública, Área de Intervenção de Socorro e Salvamento (Primeira Intervenção), Área de Intervenção de Manutenção da Ordem Pública, Área de Intervenção de Saúde e Evacuação Secundária, Área de Intervenção da Logística.

O sistema de comunicações do PMEPC utiliza os meios das telecomunicações públicas e privadas.

As telecomunicações de uso público a utilizar, agrupam-se em:

- ✓ Rede do serviço telefónico
- ✓ Rede do serviço de telefax

As telecomunicações privadas a utilizar agrupam-se em:

- ✓ Serviço de radiocomunicações do Sistema Nacional de Telecomunicações de Proteção Civil
- ✓ Serviço de radiocomunicações privativas
- ✓ Rede radioamadores

O acesso à Rede Estratégica de Proteção Civil está regulado pela Norma de Execução permanente, a qual deve ser respeitada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio.

Ao nível da rede de radiocomunicações, esta está atualmente a ser revista. Existia no município de Santo Tirso a seguinte estrutura:

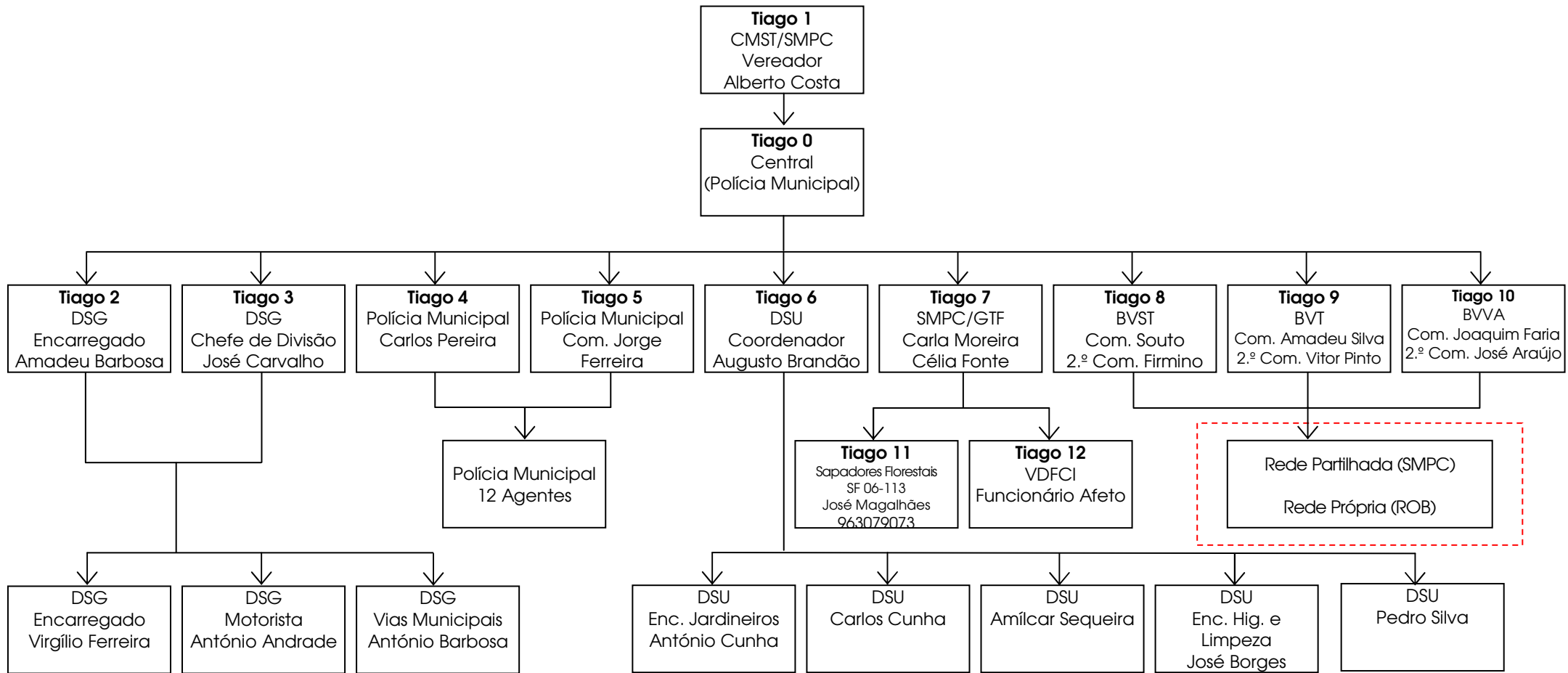


Figura 5 – Organograma rede de telecomunicações.
Fonte: CMST/Proteção Civil, 2014.

Esta rede estava em funcionamento entre as 7.00h e as 4.00h.

Complementa esta rede a linha azul do Serviço Municipal de Proteção Civil, (808 201 056) a funcionar as 24h e ligada ou à central acima referida ou diretamente aos agentes da polícia municipal, sem prejuízo das hierarquias estabelecidas.

Complementa a rede de comunicações o fax, o e-mail e os contactos de telemóvel existentes de todos os representantes no município neste PMEPC.

Será solicitado à GNR, PSP, Polícia Municipal ou Voluntários (Escuteiros), se necessário, a montagem de um serviço de "Estafetas", a operar junto da CMPC.

Os radioamadores licenciados colaboram no sistema de telecomunicações de emergência, reforçando as redes existentes ou substituindo as inoperativas.

Os operadores de rádio da "Banda do Cidadão", devidamente licenciados, podem participar voluntariamente, em reforço das redes de transmissões municipais.

As forças intervenientes utilizam os meios próprios de telecomunicações.

Diagrama das Telecomunicações

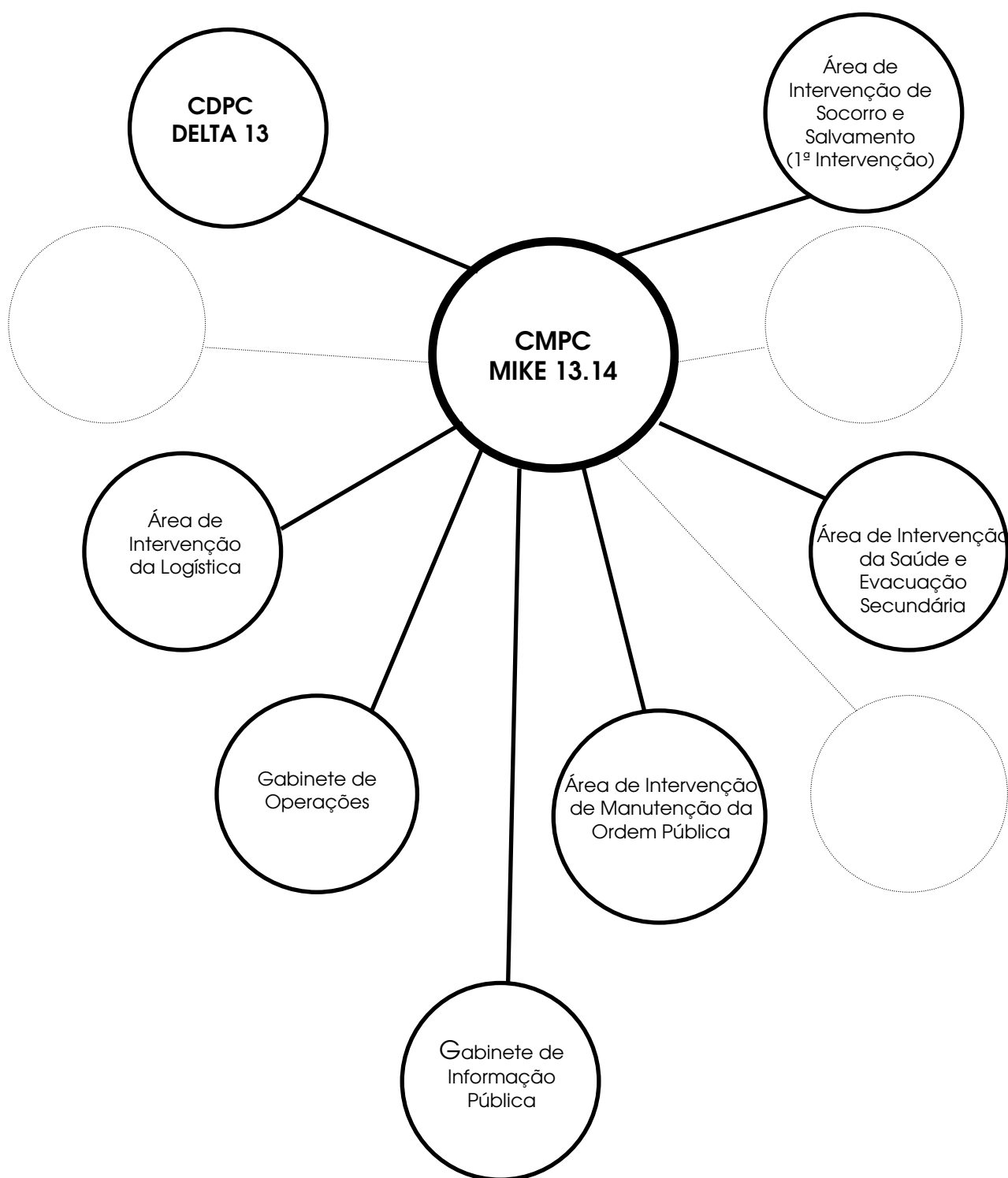


Figura 6 - Diagrama das telecomunicações.
Fonte: CMST/Proteção Civil, 2014.

Diagrama de Indicativos Rádio

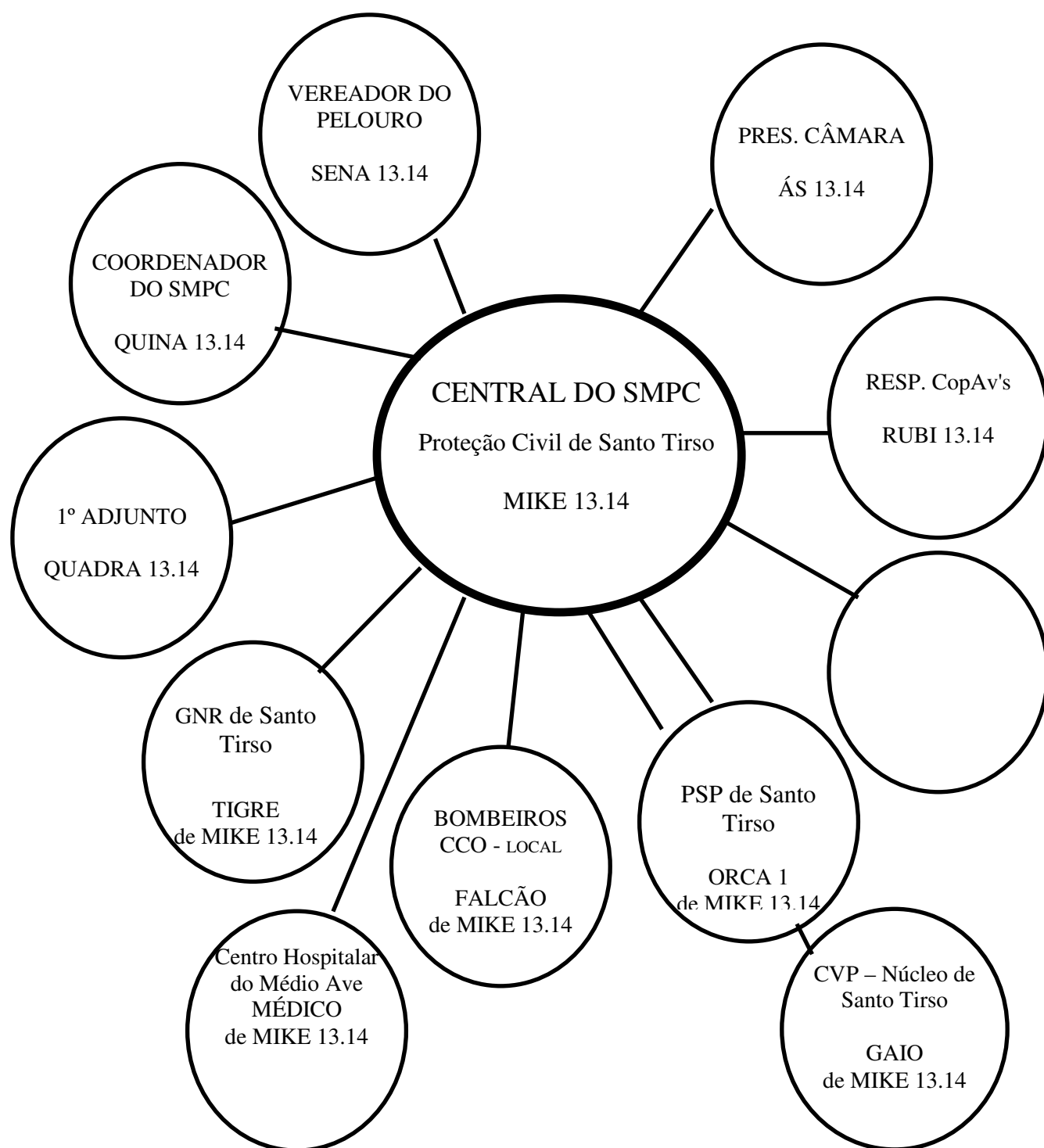


Figura 7 - Diagrama de indicativos rádio.
Fonte: CMST/Proteção Civil, 2014.

Rádio e Radioamadoras

Rádio	Frequência	Morada	Contactos
Nova Rádio Voz de Santo Tirso	98.4 FM	Rua Sacadura Cabral, 146 - R/C 4780-422 Santo Tirso	Tel.: 252 809 380 Fax: 252 809 389

Radioamadoras (Indicativo da Chamada)	Categoria	Local de Instalação	Responsável
CT1DQS	A	Rua Zulmira Azevedo 157-1 R 4780 S. Tirso	Mário Jorge Antunes Oliveira Ramos
CT1EQK	A	Lugar de Matos, Areias 4780 Santo Tirso	Manuel Fernando Oliveira Machado
CT1EUF	B	Igreja – Areias 4780 Santo Tirso	António Antunes Machado
CT1TE	A	Rua do Soutinho, 286 Casa Moagem 4795-349 Roriz	Eng.º António Amândio Sanches Magalhães

4. Gestão da Informação

O Gabinete de Informação Pública é responsável, pela divulgação de avisos e medidas de autoproteção da população, bem como, pela ligação com os órgãos da comunicação social.

Gabinete de Informação Pública

a) Prioridades de ação:

Divulgação de avisos e medidas de autoproteção da população, bem como, pela ligação com os órgãos da comunicação social.

b) Coordenação:

Delegado do Gabinete de Comunicação.

c) Constituição:

Chefe do Gabinete de comunicação.

d) Missões:

- Centralizar, coordenar e preparar a informação geral sobre a emergência e difundir comunicados oficiais sobre a evolução da situação;
- Promover através dos Órgãos de Comunicação Social, designadamente as Rádios Locais, a difusão de instruções, conselhos e informação geral às populações, promovendo uma atuação adequada tendo em vista a minimização dos riscos;
- Informar periodicamente os Órgãos de Comunicação Social.

No que respeita à informação entre as entidades atuantes nas operações, a recolha da mesma é feita pelos Gabinete de Operações e Gabinete de Informação Pública e deve respeitar os seguintes parâmetros:

- Pontos de situação e perspectivas de evolução futura;
- Cenários e resultados de modelos de previsão;

- Dados ambientais e sociais;
- Outras informações.

Em relação à gestão da informação às entidades intervenientes, os procedimentos e instruções de coordenação ficam a cargo dos gabinetes anteriormente referidos, Gabinete de Operações e Gabinete de Informação Pública, assegurando a notificação e passagem de informação às entidades intervenientes do plano, designadamente autoridades, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio. Tal fluxo de informação destina-se a assegurar que todas as entidades mantêm níveis de prontidão e envolvimento.

Informação pública

Na fase antes da emergência, o Gabinete de Informação Pública encarrega-se de divulgar os riscos e medidas de autoproteção da população, através dos órgãos de comunicação social, de comunicados, folhetos e de outros meios disponíveis.

Os procedimentos de aviso e informação pública podem ser desencadeados através da utilização de vários meios, em separado ou simultâneo, como:

- Estações de rádio locais (Nova Rádio Voz de Santo Tirso, frequência 98.4 FM);
- Canal televisivo de Santo Tirso (Santo Tirso TV);
- Estações televisivas;
- Divulgação via Internet, como por exemplo através do site da Câmara Municipal de Santo Tirso (www.cm-stirso.pt);
- Instruções difundidas por altifalantes dos veículos das forças de segurança e corpos de bombeiros;
- Pessoalmente, através dos membros das unidades locais de proteção civil ou outros voluntários.

Nas fases de pré-emergência e de emergência, a informação destina-se essencialmente a missões de informação sobre o evoluir da situação de emergência e das respetivas medidas de autoproteção.

O Comunicado Tipo a distribuir pelos órgãos de comunicação social (OCS) está identificado na Parte IV, Secção III, ponto 4.

Órgãos de Comunicação Social

Devem difundir toda a informação disponível, através da divulgação na íntegra, de comunicados, notas de imprensa e outras formas no âmbito da sua missão informativa.

Na fase de pré-emergência, ou de emergência, as estações de rádio deverão difundir, em tempo útil, os avisos e as instruções de autoproteção da população.

5. Procedimentos de Evacuação

As normas de evacuação das populações serão estabelecidas pela área de intervenção de Manutenção da Ordem Pública.

Os procedimentos relativos à evacuação das populações de áreas, localidades ou edificações, devem ser muito concretos. Em geral, a evacuação é validada pela autoridade política de proteção civil. A tarefa de orientar a evacuação e a movimentação das populações, quer seja de áreas, de localidades ou de edificações, deve ser da responsabilidade das forças de segurança.

Após a identificação das zonas de sinistro e de apoio, o tráfego rodoviário em redor do teatro de operações deve ser reencaminhado pelas forças de segurança, de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar, nem com a mobilidade das forças de intervenção.

Deve ser prevista a criação de barreiras de encaminhamento de tráfego e pontos de controlo, que se destinam a prestar assistência aos evacuados e a manter o fluxo da movimentação em direção às áreas e centros de alojamento (Parte IV, Secção II, ponto 7, Carta 3 – Carta de Alojamento/Acolhimento da População em Situações de Emergência).

Ao diretor do plano vai competir a decisão sobre o regresso das populações desalojadas às áreas consideradas seguras.

O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas deve ser controlado pelas forças de segurança, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego.

a) Prioridades de Ação:

Abertura de corredores de circulação de emergência, controlo de acesso às áreas afetadas e controlo de tráfego.

b) Coordenação:

Um elemento de cada uma das forças de segurança presentes no município.

c) Constituição:

- Delegado da GNR de Santo Tirso
- Delegado da GNR de Vila das Aves
- Delegado da PSP de Santo Tirso
- Delegado da Polícia Municipal

d) Missões:

- Coordenar o controlo de tráfego e manter aberto os corredores de circulação de emergência;
- Assegurar a segurança da área de sinistro e controlar os itinerários de acesso;
- Orientar operações de movimentação de populações;
- Colaborar nas ações de apoio, alertar e mobilizar o pessoal envolvido nas operações de socorro e no aviso e alerta das populações.

6. Manutenção da Ordem Pública

A manutenção da Ordem Pública será estabelecida pela área de intervenção de Manutenção da Ordem Pública identificado no ponto anterior. Esta área é responsável por:

- Difundir Instruções de coordenação destinadas a assegurarem a manutenção da ordem pública nas áreas afetadas, procurando evitar o pânico das populações;
- Limitar o acesso às zonas de sinistro e de apoio e a segurança das infraestruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de proteção civil (tais como instalações dos agentes de proteção civil, hospitais, escolas, etc.);
- Implementar os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de socorro.

Foram considerados como locais de vulnerabilidade especial ou pontos sensíveis todos os equipamentos escolares, equipamentos sociais, equipamentos desportivos (pavilhões desportivos e estádios de futebol), equipamentos de saúde (hospital, centros de saúde e extensões de saúde), hipermercados e centros comerciais, ou seja, áreas com maior afluência de pessoas.

Também foram identificados todos os espaços económicos considerados perigosos, podendo, em caso de crise, colocarem em risco a população (postos de abastecimento de combustíveis, sucatas, pedreiras, oficina pirotécnica, depósito da REN, Gasodutos, S.A. e aterro sanitário).

(Parte IV, secção II, ponto 7, Carta 4 - Carta de localização dos equipamentos de vulnerabilidade especial, no concelho de Santo Tirso).

Foram, igualmente, definidos/localizados na Carta de Localização dos Equipamentos que Asseguram a Proteção Civil, no Concelho de Santo Tirso – Parte IV, Secção II, ponto 7, Carta 2 – os equipamentos fundamentais para o bom funcionamento da proteção civil no concelho de Santo Tirso. Contemplando:

1. Equipamentos de saúde:

- Clínicas
- Farmácias
- Centros e extensões de saúde
- Centro Hospitalar

2. Equipamentos de segurança pública:

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santo Tirso
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Tirsenses
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila das Aves.

Cada um dos corpos de bombeiros é responsável por uma área de intervenção:

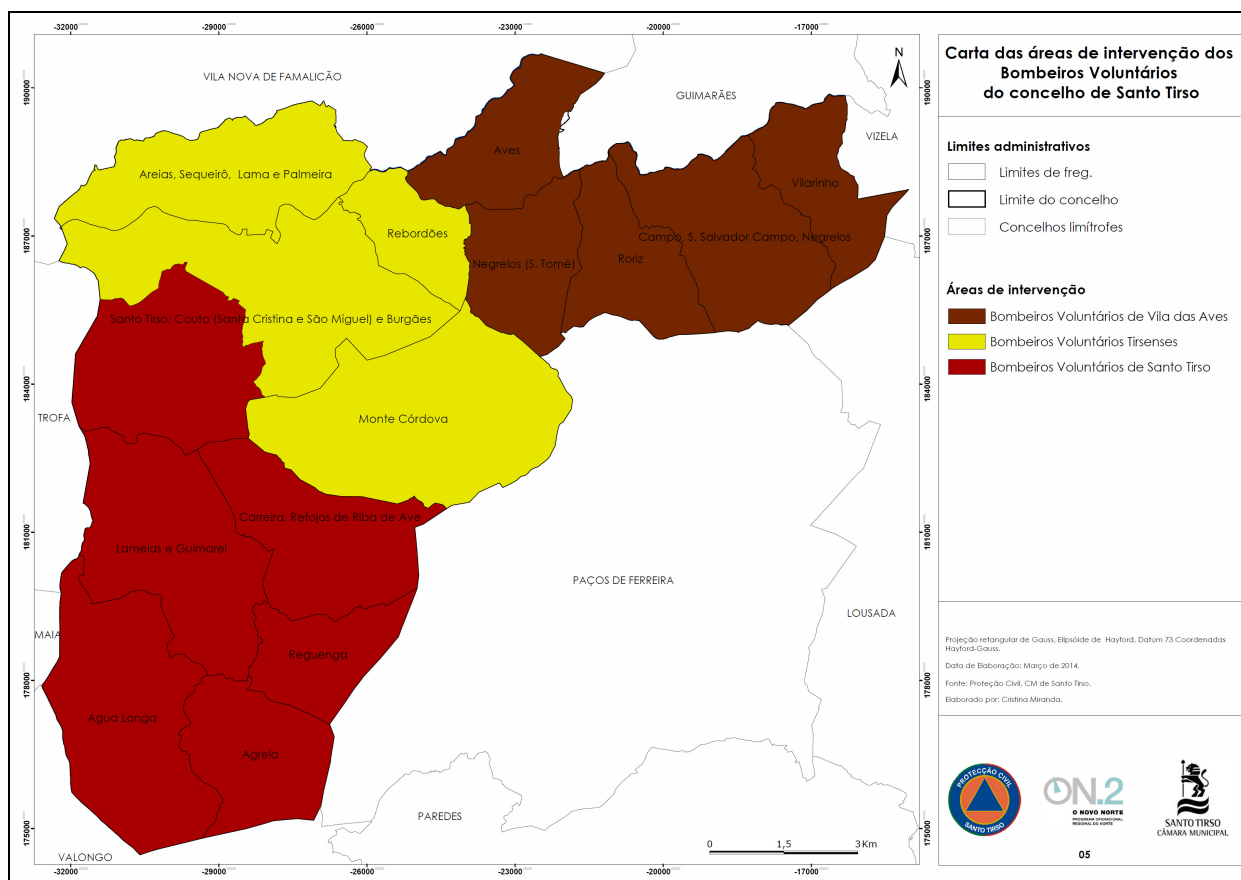


Figura 8 – Carta das áreas de intervenção dos Bombeiros Voluntários do concelho de Santo Tirso.
 Fonte: CMST, Protecção Civil, 2014.

Na figura 9 apresentam-se as áreas de intervenção de todas as forças de segurança anteriormente descritas.

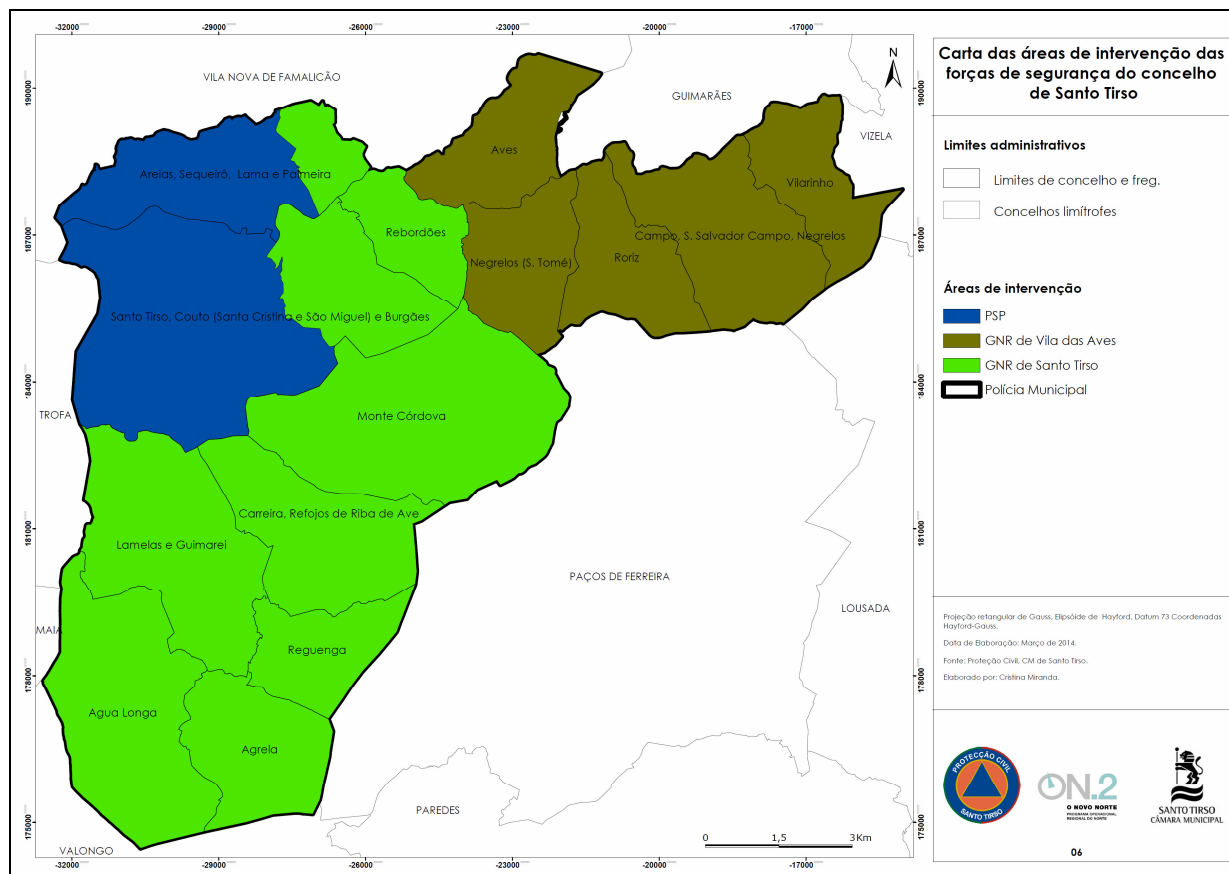


Figura 9 – Carta das áreas de intervenção das forças de segurança do concelho de Santo Tirso.
 Fonte: CMST/Proteção Civil, 2014.

3. Equipamento social

- Edifício da Cruz Vermelha (núcleo de Santo Tirso).

Sendo a manutenção da ordem pública uma competência típica das forças de segurança, o estabelecimento de procedimentos e instruções de coordenação, bem como a identificação dos meios e das responsabilidades dos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio, quanto à segurança de pessoas e bens e ao controlo do tráfego, é essencial para a prossecução dos objetivos desta atividade.

Compete às forças de segurança definir a necessidade do recurso a empresas privadas de segurança, devidamente identificadas, de instalações críticas, comerciais

e industriais, sem prejuízo da responsabilidade que acomete aos empresários e proprietários das referidas instalações.

O acesso às zonas de sinistro e de apoio deve ser limitado às forças de intervenção, organismos e entidades de apoio, através da criação de barreiras e outros meios de controlo, devendo as forças de segurança contar com o apoio dos serviços e entidades especializadas.

7. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas

a) Prioridades de ação:

Procedimentos e instruções de coordenação quanto às atividades de saúde e evacuação secundária.

b) Entidade Coordenadora:

Autoridade Concelhia de Saúde.

c) Constituição:

- Delegado da Autoridade Concelhia de Saúde
- Delegado do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.
- Delegado do Centro de Saúde de Santo Tirso
- Delegado do Centro de Saúde de S. Tomé de Negrelos
- Coordenador da Plataforma Regional de Emergência n.º1, Norte
- Delegado Regional do INEM
- Veterinário Municipal

d) Missões:

- Assegurar a constituição de uma única cadeia de comando, para áreas de intervenção médico-sanitárias;
- Coordenar a triagem e evacuação de sinistrados, através da montagem de Centros Avançados de Triagem e Socorro;
- Implementar e coordenar ações de higiene e saúde pública, principalmente através de ações de controlo de doenças transmissíveis e da qualidade dos bens essenciais e da desinfeção, desinfestação e incineração de animais mortos, cadáveres e detritos nocivos;
- Coordenar a evacuação de sinistrados dos Centros de Triagem para as estruturas hospitalares;
- Mobilizar o pessoal médico, paramédico, de enfermagem e farmácia indispensável ao cumprimento das ações e ao reforço das estruturas médicas dos Serviços de Urgência;
- Coordenar toda a ação veterinária;

- Avaliar e coordenar as ações tendentes a garantir o fornecimento de água potável, alimentação e medicamentos, em bom estado de utilização.

Serão montados postos de triagem e de socorros, em estruturas fixas temporárias pelos Centros de Saúde, Cruz Vermelha Portuguesa e INEM.

Face a uma emergência com elevado número de vítimas, as primeiras equipas a prestar socorro poderão ser encarregadas, também, das tarefas de evacuação primária para os postos de triagem estabelecidos. Neste contexto, compete ao comandante das operações de socorro identificar e informar a direção do plano relativamente à quantidade previsível de meios complementares necessários para triagem, assistência pré-hospitalar e evacuação secundária das vítimas.

Compete à direção do plano a identificação dos meios a solicitar e, em coordenação com o INEM, o estabelecimento da ligação aos hospitais de evacuação, prestando as informações pertinentes sobre o tipo de ocorrência e o número potencial de vítimas. O INEM, através de meios próprios enviados para o local, pode montar e gerir postos de triagem, de assistência pré-hospitalar e de evacuação secundária, em estreita articulação com o diretor do plano.

8. Socorro e Salvamento

As intervenções de socorro e salvamento ficam assegurados pela área de Intervenção de Socorro e Salvamento (1ª Intervenção).

As intervenções iniciais face a um acidente grave ou catástrofe cabem, prioritariamente, às forças mais próximas do local da ocorrência ou que apresentam missão específica mais adequada. De acordo com a legislação aplicável, o chefe da primeira equipa de intervenção assume a função de comandante das operações de socorro. De imediato, deve avaliar a situação e identificar o tipo de ocorrência, o local e a extensão, o número potencial de vítimas e os meios de reforço necessários.

As informações recolhidas devem ser comunicadas aos seus centros de coordenação ou de operações e ter em conta o disposto na tabela de gravidade constante na Diretiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2007 (Estado de alerta para as organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro), em que o grau de gravidade das ocorrências é tipificado por uma escala de intensidades (residual, reduzida, moderada, acentuada, crítica):

Gravidade	Descrição
Residual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há feridos nem vítimas mortais. Não há mudança/retirada de pessoas ou apenas de um número restrito, por um período curto (até doze horas). Pouco ou nenhum pessoal de apoio necessário (não há suporte ao nível monetário nem material). ▪ Danos sem significado. ▪ Não há ou há um nível reduzido de constrangimentos na comunidade. ▪ Não há impacto no ambiente. ▪ Não há perda financeira.
Reduzida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pequeno número de feridos mas sem vítimas mortais. ▪ Algumas hospitalizações e retirada de pessoas por um período inferior a vinte e quatro horas. ▪ Algum pessoal de apoio e reforço necessário. ▪ Alguns danos. ▪ Disrupção (inferior a vinte e quatro horas). ▪ Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira.
Moderada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de vinte e quatro horas. Algum pessoal técnico necessário. ▪ Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de vinte e quatro horas). ▪ Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros. ▪ Alguma perda financeira.
Acentuada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número elevado de feridos e de hospitalizações. ▪ Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a vinte e quatro horas. ▪ Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactes na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.
Crítica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalização. Retirada em grande escala de pessoas por uma duração longa. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. ▪ Impacte ambiental significativo e ou danos permanentes.

Tabela 4 – Grau de gravidade das ocorrências tipificado por uma escala de intensidades.

Fonte: Diretiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2007

A decisão do momento em que a fase de emergência estabilizou cabe à direção do PMEPC.

Sempre que exista transferência de comando deverá ocorrer um briefing para o próximo Comandante e uma notificação a todo o pessoal informando que uma mudança de comando está a ter lugar.

Terminada a fase de emergência, deve proceder-se à desmobilização dos meios não necessários à fase de reabilitação.

Área de Intervenção de Socorro e Salvamento

a) Prioridades de ação:

Atividades de socorro, busca e salvamento de vítimas, que podem incluir a extinção de incêndios, o escoramento de estruturas, o resgate ou desencarceramento de pessoas, a contenção de fugas e derrames de produtos perigosos, etc.

b) Coordenação:

Um elemento do comando de cada corpo de bombeiros existente no município.

c) Constituição:

- Delegado dos Bombeiros Voluntários Tirsenses
- Delegado dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso
- Delegado dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves
- Coordenador da Plataforma Regional de Emergência n.º 1, Norte
- Delegado Regional do INEM

d) Missões:

- Coordenar as atividades de combate aos incêndios, cheias e outro tipo de acidentes;
- Assegurar a minimização de perdas de vidas, bens e agressões ao meio ambiente;
- Efetuar, no âmbito das suas atividades, escoramentos, demolições e desobstruções expeditas, que lhe facilitem o cumprimento da missão;
- Coordenar as ações de busca e salvamento, incluindo a pesquisa de vítimas;
- Reforçar, com pessoal, as estruturas de saúde na evacuação primária de sinistrados, administrando os primeiros socorros e procedendo ao seu encaminhamento para fora da zona perigosa, com destino ao Centro de Triagem;
- Ceder a instalação que tenha disponíveis.

9. Serviços Mortuários

Em cenários com elevado número de vítimas, a recolha e o depósito de cadáveres são tarefas muito sensíveis que devem ser levadas a cabo através de procedimentos rigorosos, pois a sua importância é enorme nos aspetos que se prendem com a investigação forense, quando, face ao tipo de ocorrência, haja necessidade de a realizar. Esta tarefa deve ser controlada pelas forças de segurança que, para tal, colaboram com a Autoridade de Saúde. Deste modo são as áreas de intervenção dos Serviços Médicos e transporte de vítimas (área de intervenção identificada no ponto 7, Parte III) e área de intervenção da Manutenção da Ordem Pública (identificada no ponto 5, Parte III) as responsáveis pelas ações de mortuária.

São estabelecidos locais de reunião de mortos (L.Rn.Mort.) no Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., ou outro local que o Delegado de Saúde ache mais conveniente.

a) Prioridades de ação:

- Recolha e depósito de cadáveres;
- Assegurar o correto tratamento dos cadáveres, conforme os Procedimentos Operacionais previstos;
- Assegurar a constituição das Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e dos Necrotérios Provisórios (NecPro);
- Garantir uma eficaz recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação dos cadáveres, nomeadamente no que respeita à: colheita de dados Post-mortem (PM), o tempo decorrido após a morte de uma pessoa, colheita de dados Antemortem (AM) e cruzamento de dados PM/AM;
- Assegurar a presença das Forças de Segurança nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança;
- Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas;
- Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;
- Garantir uma correta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.

b) Coordenação:

Magistrado do Ministério Público

c) Constituição:

- Delegado da Autoridade Concelhia de Saúde
- Delegado do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.
- Delegado do Centro de Saúde de Santo Tirso
- Delegado do Centro de Saúde de S. Tomé de Negrelos
- Delegado da CVP - Núcleo de Santo Tirso
- Veterinário Municipal
- Delegado da GNR de Santo Tirso
- Delegado da GNR de Vila das Aves
- Delegado da PSP de Santo Tirso
- Delegado da Polícia Municipal

d) Missões:

- Recolha e reunião de vítimas mortais;
- Instalação de morgues provisórias para identificação e reconhecimento de vítimas mortais e sepultamento de emergência.

Missões específicas:

Equipa responsável por Avaliação de Vítimas (ERAV):

- Referenciação do cadáver (localização, objetos, etc.)
- Validação suspeita de crime;
- Preservação das provas;
- Verificação do óbito;
- Proceder à recuperação de cadáveres encontrados no espaço do domínio público hídrico e rios interiores em articulação com a AHR/CCDRN.

GNR/PSP

- Verificar a credenciação do médico, quando o médico não for enviado pela Autoridade de Saúde;
- Solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para a ZRnM, caso sejam detetados indícios de crime;
- Solicitar ao “Ministério Público” autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram inspecionados até à ZRnM, haja ou não suspeita de crime;
- Promover a remoção dos cadáveres ou partes devidamente etiquetado e acondicionado em sacos apropriados (“body-bags”), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quais quer entidades públicas ou privadas (CB, FA, CVP, outras);
- Utilizar por prioridade se estiverem operacionais. As Necrotérios Provisórios (NecPro) municipais, só serão ativadas as NecPro distritais em caso de insuficiência ou inoperacionalidade dos municipais;
- Garantir a segurança dos Centros de Recolha de informação antemortem;
- Transportar para a ZRnM, os cadáveres que se encontram em Hospitais de Campanha ou Postos Médicos Avançados;
- Transportar para a NecPro, os cadáveres que se encontram em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde, adotando-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáveres e de confirmação de óbito.

Autoridade de Saúde

- Estabelecer locais de reunião de vítimas mortais (ZRnM) e morgues provisórias (NecPro).
- Supervisionar a aposição de tarja negra e de etiquetagem na vítima, ou seja, verificação do óbito, devendo ser feito na triagem de emergência primária, sempre que possível.
- Verificar o óbito e proceder à etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ, quando localizado um corpo sem sinais de vida sem tarja negra aposta.

Organismos, Agentes de Proteção Civil, Entidades que poderão apoiar na área de intervenção dos Serviços Mortuários:

PJ

- Colaborar na etiquetagem do cadáver;
- Acionar, aquando da cativação do PMEPC, os Centros de Recolha de informação antemortem.

Unidades de cooperação Internacional (UCI) da PJ

- Obter dados para identificação de cadáveres de nacionalidade estrangeira

Instituto Nacional de Medicina Legal

- Gerir as Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e os Necrotérios Provisórios (NecPro);
- Identificação e entrega dos corpos para serem sepultados;
- Acionar, aquando da ativação do PMEPC, os Centros de Recolha de informação antemortem;
- Fornecer informação ao MP a informação sobre vítimas falecidas

Instituto de Registos e Notariado

- Assegurar a presença de representantes nos NecPro para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada.

Ministério Público

- Autorizar a remoção de cadáveres ou partes, do local onde foram inspecionados até à ZRnM;
- Transmitir, a autorização para remoção de cadáveres, mediante a identificação do elemento policial que chefia a ERAV. Dia, hora e local da remoção, conferência do número total de cadáveres ou partes cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime;

- Realizar, nos Necrotérios Provisórios, autópsia médico-legal e demais procedimentos tendentes à identificação, estabelecimento de causa de morte e subsequente destino do corpo ou fragmentos anatómicos;
- Transmitir ao CCOM, informação sobre vítimas falecidas, incluindo dados sobre o número de mortes verificadas, de mortos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios. A transmissão e divulgação desta informação far-se-à com respeito pelo segredo de justiça, pelo segredo médico, pelo dever de reserva profissional e pelo princípio da necessidade de conhecer.

DOM

- Providenciar equipamento para os NecPro de acordo com indicações do INML, designadamente o fornecimento de iluminação, pontos de água e energia.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

- Obter dados para identificação de cadáveres de nacionalidade estrangeira.

ARH

- Colaborar, em articulação com a ERAV, na recuperação de cadáveres encontrados pela ARH ou por terceiros no espaço do domínio público hídrico.

Corpos de bombeiros, Cruz Vermelha Portuguesa

- Colaborar nas operações de remoção dos cadáveres para as ZRnM e/ou destas para os NecPro.

Foram definidos como locais para recolha e reunião de vítimas mortais, morgues provisórias, os seguintes equipamentos:

- Pavilhões desportivos;
- Estádios de futebol;
- Campos de futebol.

Estes são locais planos e fáceis de limpar, com boa drenagem, boa ventilação natural, provido de água corrente e energia elétrica.

Razoáveis acessibilidades, comunicações (telefónicas ou radiocomunicações), privacidade, disponibilidade e as facilidades de segurança.

(Parte IV, secção II, ponto 7, Carta 7 – Identificação de locais para recolha e reunião de vítimas mortais – morgues provisórias; Carta 8- Carta de localização dos Cemitérios do concelho de Santo Tirso).

Organização Geral das Operações

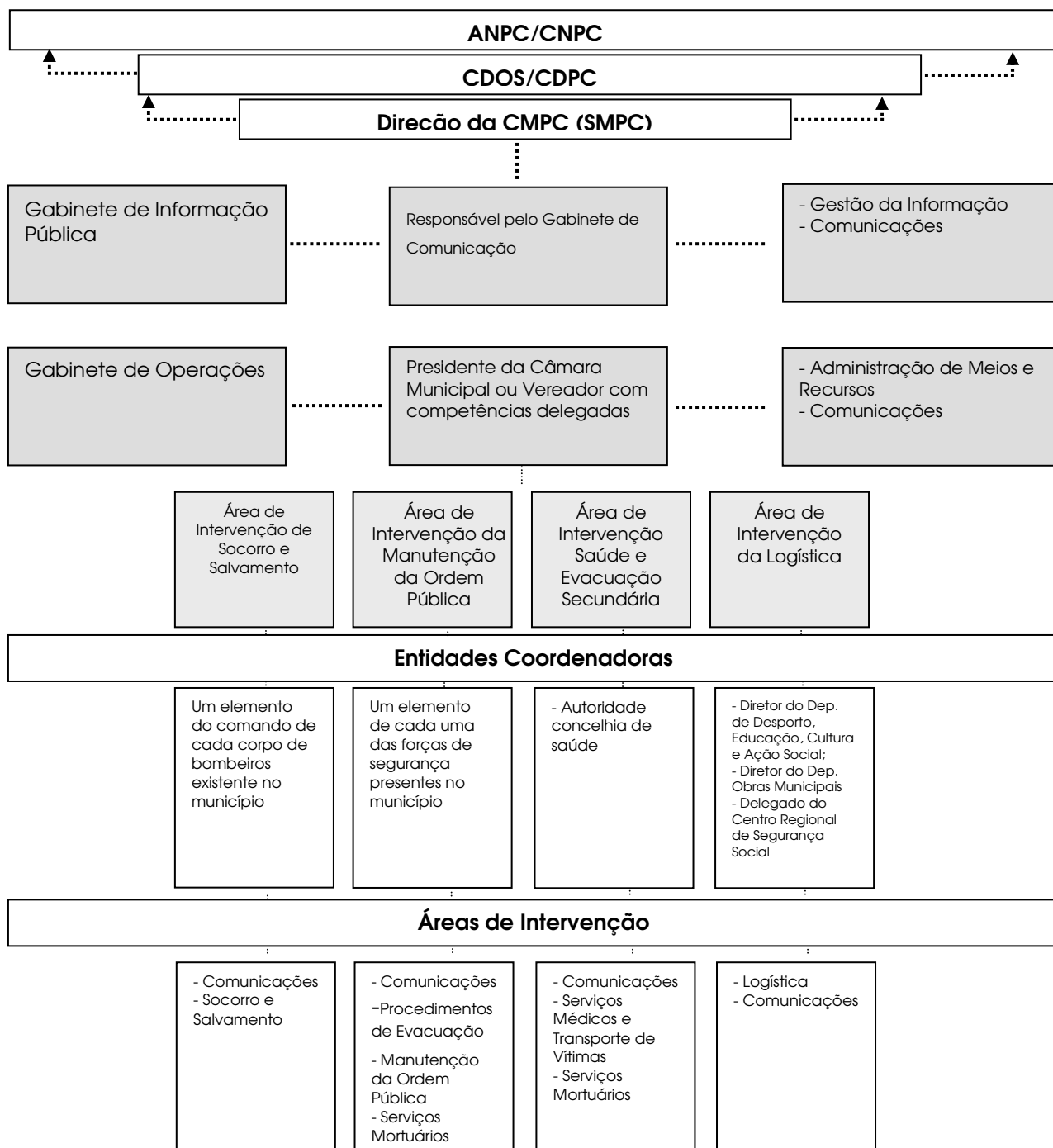


Figura 10 – Organograma da organização geral das operações.
Fonte: CMST/Proteção Civil, 2014.

10. Protocolos

- Protocolo com ASVA – Equipa de sapadores florestais;
- Protocolo para enquadramento de pessoal destinado a integrar as equipas de intervenção permanente.

Para colaboração entre a Câmara Municipal, entidade responsável pela elaboração do PMEPC e os agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio, públicas e privadas é aplicável o artigo 6º da Lei nº 27/2006, de 3 de julho – Lei de Bases de Proteção Civil.

(ver protocolos em anexo – ponto 8).